

Tecnologia Social da Memória: uma contribuição para a preservação da História da Educação Profissional e Tecnológica

ARTIGO

Hildo Ferreira de Almeida Juniorⁱ

Instituto Federal do Acre, Rio Branco, AC, Brasil

Maria Cristina Lobregatⁱⁱ

Instituto Federal do Acre, Rio Branco, AC, Brasil

Josina Maria Ribeiro Pontesⁱⁱⁱ

Instituto Federal do Acre, Rio Branco, AC, Brasil

Resumo

A Tecnologia Social da Memória é um conjunto de referenciais e instrumentos para se criar, organizar e socializar memórias de pessoas, grupos, organizações e comunidades, contadas através de histórias de vida. Este artigo objetivou analisar os referenciais teórico-metodológicos que embasam essa tecnologia, visando a identificar se ela pode apoiar o desenvolvimento de projetos de memória coletiva e contribuir com a preservação da memória institucional da educação profissional no Brasil. Assim, este estudo, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, recorre à pesquisa bibliográfica para levantar e analisar publicações sobre os temas norteadores dessa tecnologia, que inclui a história oral, histórias de vida, memória individual e coletiva e memória institucional. Com os dados levantados e discutidos, observa-se o potencial da Tecnologia Social da Memória para a implementação de projetos de memória na Educação Profissional.

Palavras-chave: Memória. História oral. História de vida. Tecnologia Social da Memória. Educação Profissional e Tecnológica.

Memory's Social Technology: a contribution to preserving the History of Professional and Technological Education

Abstract

The Memory's Social Technology is a set of references and instruments for creating, organizing and socializing memories of people, groups, organizations and communities, told through life stories. This article aimed to analyze the theoretical-methodological references that support this technology, aiming to identify whether it can support the development of collective memory projects and contribute to the preservation of the institutional memory of Professional Education in Brazil. Thus, this study, with a qualitative and exploratory approach, uses bibliographical research to collect and analyze publications on the guiding themes of this technology, which includes oral history, life stories, individual and collective memory and institutional memory. With the data collected and discussed, the potential of Memory's Social Technology for implementing memory projects in Professional Education is observed.

Keywords: Memory. Oral history. Life story. Memory's Social Technology. Professional and Technological Education.

1 Introdução

2

Partimos do pressuposto de que a memória é um dos pilares da vida humana. Ela é resultado da seleção do que é relevante para os indivíduos, determinando sua identidade. Em se tratando de instituições, preservar a memória é, por consequente, a maneira de manter a instituição viva e, através da reflexão sobre o passado, ser capaz de contribuir para o fortalecimento dos princípios organizacionais.

Dessa forma, é possível associar que nas instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a preservação da memória pode gerar uma resposta positiva na prática educacional, carregando-a de valores e peculiaridades da própria instituição e consolidando sua identidade. Nesse sentido, é necessário conhecer as memórias dessas instituições, assim como é importante organizá-las e socializá-las de modo sistêmico, não só para servir de fonte de consulta para novos pesquisadores, mas para que através do conhecimento sobre si mesmas tais instituições aperfeiçoem-se, afirmem-se e construam uma cultura organizacional forte e consolidada.

Entretanto, embora se reconheça a importância da história e da memória, nem todas as instituições realizam algum tipo de iniciativa para a preservação de sua história e memória institucional. A princípio, é preciso considerar que manter registros e documentos organizados pode ser desafiador, exigindo estratégias e tecnologias para gerenciar e preservar sua memória de maneira eficaz, trazendo benefícios como transparência e responsabilidade, além de contribuir para o enriquecimento do conhecimento histórico e cultural da sociedade.

No mesmo sentido, as memórias tornaram-se pouco a pouco elementos paralelos à história, mais do que a história propriamente dita (Alberti, 1990). Nesses termos, a memória desempenha um papel fundamental na construção das narrativas históricas. Nesse processo, os historiadores criam interpretações do passado com base em fontes e valores culturais, como uma disciplina crítica que questiona narrativas simplistas e considera múltiplas temporalidades e perspectivas para compreender o passado de forma

mais complexa e autêntica. A memória coletiva, por sua vez, contribui na formação da identidade de grupos sociais e na construção da consciência histórica (Le Goff, 2013).

De acordo com Garcia (2015, p. 1362):

O estudo da memória emerge de outras ciências que não a histórica. Primeiramente ela surge dentro da Antropologia e da Sociologia, para após isso, a História se apropriar dos conceitos e adentrar ao campo mnêmico. Atualmente [...] o interesse pela memória emerge para além daquilo que é lembrado; atualmente o interesse está em como a memória surge, em saber qual a origem dela e qual a sua relação dentro da História.

Assim como são muitos os campos de conhecimento que trabalham com memórias, também existem muitas abordagens metodológicas diante das fontes levantadas. Diante disso, os projetos que resgatam a memória institucional podem utilizar histórias de vida, história oral, imagens e documentos oficiais, tal como proposto pelos Centros de Memória do Museu da Pessoa (2023).

Contudo, talvez o maior problema dos trabalhos sobre história e memória refira-se à divulgação científica, posto que normalmente tendem a ser divulgados em campos restritos e para pesquisadores de cada área. Assim sendo, questionamo-nos se a Tecnologia Social da Memória poderia ser uma abordagem viável para a preservação e afirmação da memória de instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, especialmente por ser essa uma tecnologia voltada não apenas para a produção, mas para a socialização das memórias individuais e coletivas.

Como ponto de partida, faz-se necessário compreender o conceito de Tecnologia Social como uma alternativa simples e de baixo custo que busca solucionar problemas sociais nas áreas de educação, meio ambiente, energia, alimentação, habitação, água, trabalho e renda, saúde, entre outros. Ela apoia-se em duas premissas: “participação da comunidade” e “sustentabilidade nas soluções apresentadas” (Costa, 2013; Dagnino; Brandão; Novaes, 2004).

Dessa forma, diferentemente das tecnologias convencionais, que são desenvolvidas principalmente com o objetivo de gerar lucro, a Tecnologia Social busca atender às necessidades e às demandas da sociedade, especialmente daquelas

comunidades mais vulneráveis e carentes de recursos. É um conceito que emergiu na década de 1990 como uma alternativa às abordagens tradicionais de desenvolvimento, baseadas no modelo de transferência de tecnologia de países desenvolvidos para países em desenvolvimento (Bazzi; Silva, 2021; Cattani; Holzmann, 2011).

A Tecnologia Social da Memória é um tipo de tecnologia social que usa histórias de vida e história oral para construir projetos coletivos de memória, fortalecendo laços sociais, fomentando a aprendizagem interpessoal e capacitando comunidades a preservar e compartilhar suas histórias. Através de estratégias como digitalização de materiais históricos, bancos de dados e plataformas de compartilhamento, essa abordagem interdisciplinar envolve a História, a Arquivologia, a Museologia e Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, permitindo que grupos criem narrativas históricas autênticas e acessíveis (Bittencourt *et al.*, 2016).

No Brasil, em 2004, a Fundação Banco do Brasil e a Fundação Universidade de Brasília começaram a desenvolver a Tecnologia Social da Memória. A partir de 2005, o Museu da Pessoa assumiu a liderança nessa iniciativa. Fundado em 1991, como uma Organização não Governamental - ONG, o Museu da Pessoa tem como missão central documentar, preservar e compartilhar histórias de vida diversas. As narrativas, coletadas por meio de entrevistas, fotos e vídeos, são organizadas em uma plataforma digital pública, promovendo a democratização da memória e valorizando cada indivíduo. Por isso, a transformação da sua metodologia em uma tecnologia social, na perspectiva de ampliar as possibilidades de multiplicação e o impacto social gerado, é o principal legado dessa instituição no sentido de ampliar o direito à memória (Pereira; Worcman, 2005; Worcman, 2021).

Nesse sentido, é preciso perceber que o Museu da Pessoa organizou a Tecnologia Social da Memória para oferecer um método e técnicas acessíveis às pessoas das mais diferentes comunidades e pesquisadores de diferentes áreas, para realizarem registros de memória. Por sua vez, o museu prontifica-se com a divulgação dessas histórias, constituindo um acervo relevante para a sociedade e contribuindo com a preservação da memória coletiva. Desde a sua criação, a Tecnologia Social da Memória já foi disseminada

e aplicada por mais de 200 organizações, desde grandes empresas estatais até pequenos grupos folclóricos e tradicionais. Atualmente, o Museu da Pessoa desenvolve programas nas áreas de memória organizacional, educação e desenvolvimento comunitário (Museu da Pessoa, 2009; Pereira; Worcman, 2005; Venera; Nart; Medina, 2020; Worcman, 2021).

E é no contexto da memória coletiva e, mais especificamente daquela que é construída na EPT, que este artigo objetivou compreender como se articulam os referenciais teórico-metodológicos que embasam a Tecnologia Social da Memória a fim de verificar como essa metodologia pode contribuir na construção, organização e socialização de memórias na EPT.

Trata-se de uma pesquisa que apresenta resultados de publicações sobre os temas norteadores dessa tecnologia, permitindo melhor compreensão sobre sua aplicabilidade, referências e conceitos. Para tanto, procurou-se entender a Rede Federal de EPT, sua história, complexidade e institucionalidade. Em um segundo momento, buscou-se compreender os conceitos teórico-metodológicos que embasam a Tecnologia Social da Memória, com destaque para os conceitos de história e memória, história oral, histórias de vida, memória individual, memória coletiva, memória social e memória institucional, além dos próprios conceitos no referencial do Museu da Pessoa, inclusive as publicações de seus idealizadores e colaboradores.

2 Metodologia

Este artigo é parte da pesquisa desenvolvida no contexto do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), vinculado à linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundada no materialismo histórico-dialético, numa abordagem qualitativa e de caráter exploratório.

Inicialmente, identificamos os referenciais teórico-metodológicos que embasam a Tecnologia Social da Memória, buscando fontes para melhor compreendê-los e verificar a relevância do desenvolvimento de projetos para a preservação da memória de instituições

de EPT, em especial a Rede Federal. Para isso, a pesquisa iniciou com a análise a partir dos referenciais que a fundamentam como: história e memória, história oral, histórias de vida, memória individual, memória coletiva e memória social.

Com base nesses referenciais, buscamos por autores e trabalhos publicados sobre os temas, a fim de compreender sobre cada componente da Tecnologia Social da Memória, isoladamente e, assim, obter um entendimento mais aprofundado de como essa tecnologia funciona.

Como parte dessa revisão sistemática da literatura, selecionamos autores clássicos como Candau (2018), Le Goff (2013), Halbwachs (2003), Bosi (1979) e Thompson (1996). Esses autores possuem reconhecido domínio em suas respectivas áreas de pesquisa e são referências consolidadas no meio acadêmico. Suas obras têm servido de fonte de inspiração para estudos acadêmicos que surgiram a partir das suas teorias e concepções.

Além desses, a pesquisa também se estendeu à busca de outros materiais mais atualizados como artigos e produtos educacionais disponíveis na internet, consultados a partir das plataformas SciELO, Google Acadêmico e Portal de Periódico da Capes. Esta última a mais utilizada, devido a possibilidade de ser consultada por meio da ferramenta de banco de dados Scopus, que permite a utilização mais refinada dos filtros de busca, a extração dos resultados em planilhas com informações detalhadas sobre as obras encontradas.

Para a pesquisa nas plataformas, adotamos o padrão de considerar apenas materiais de língua portuguesa, publicados entre 2012 e 2022, além de descritores como “Tecnologia Social”, “Tecnologia Social da Memória”, “História Oral”, “Histórias de Vida”, “Memória”, “Memória Individual”, “Memória Coletiva” e “Memória Social”. Os resultados dessa pesquisa, apontaram diversos trabalhos interessantes, havendo a necessidade de selecionar resultados mais aderentes com o objeto de estudo. Com o material selecionado na pesquisa, durante as leituras, outras fontes complementares foram identificadas e incorporadas à lista de referência devido ao tema.

No que se refere aos marcos históricos da EPT, a pesquisa foi realizada a partir da bibliografia disponibilizada no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, além de artigos nas plataformas SciELO, Google Acadêmico e Portal de Periódico da Capes, utilizando-se descritores como “Educação Profissional e Tecnológica”; “EPT no Brasil”; “História da EPT”; “Rede Federal de EPT”, com a identificação de vasto material selecionando os mais interessantes.

Com o levantamento e organização do material de pesquisa, iniciamos a leitura e fichamento dos livros e artigos selecionados, aplicando-lhes marcações e anotações importantes para auxiliar na sistematização das informações. Assim, foi possível redigir a revisão bibliográfica, envolvendo tanto os conceitos que embasam a Tecnologia Social da Memória, quanto os marcos históricos que envolvem a EPT no Brasil. Com isso, pretendemos compreender como se articulam os referenciais teórico-metodológicos que embasam a Tecnologia Social da Memória, a fim de verificar como essa metodologia pode contribuir na construção, organização e socialização de memórias na EPT.

3 Resultados e Discussão

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional que prepara para o exercício de profissões técnicas, integrando diferentes formas de educação às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia em prol do desenvolvimento do homem e inserção na vida produtiva. A história dessa modalidade de educação inicia-se no final do século XVIII com a Revolução Industrial, passando da produção artesanal para a produção por máquinas. Desse modo, a mão de obra precisou atender a demanda de produção de bens para o consumo (Brasil, 1996; Vieira; Souza Júnior, 2016).

No Brasil, em 1909, o Governo Nilo Peçanha, através do Decreto n.º 7.566 de 23 de setembro, marcou o início oficial da educação profissional com a instalação de Escolas de Aprendizes e Artífices, destinadas aos desvalidos da sorte. As escolas, ligadas ao

Ministério da Agricultura, ofereciam alternativas de formação profissional através do ensino prático de um ofício que lhes garantissem seu sustento.

Em 1930, com o início do período de industrialização do Brasil, foram criados o Ministério da Educação e Saúde Pública e a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, que passaram a gerenciar a educação profissional, marcando um período de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes. Em 1937, a Lei n.º 378, de 13 de janeiro, transformou as escolas em Liceus Profissionais e em 10 de novembro do mesmo ano, é outorgada a nova Constituição Federal sob a marca de Estado Novo (Baedeski; Costa; Pupo, 2018; Senac, 2015; Vieira; Souza Junior, 2016).

Em 1942, por meio do Decreto-lei n.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), objetivando organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários. Esse foi o marco que serviu de base para a criação do conhecido “Sistema S”. Em 1946, através do Decreto-lei n.º 8.621, de 10 de janeiro, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Pelo Decreto-lei n.º 9.403, de 25 de junho 1946, ocorreu a criação do Serviço Social da Indústria (Sesi), e, por fim, em 13 de setembro, através do Decreto-lei n.º 9.853, a criação do Serviço Social do Comércio (Sesc), consolidando o sistema que, em tese, visava a impulsionar a educação profissional e a oferta de serviços sociais para melhorar o bem-estar da classe trabalhadora.

O Sistema S é o conjunto de instituições voltadas para a formação profissional e a prestação de serviços técnicos e tecnológicos para empresas. As instituições são financiadas por contribuições compulsórias de empresas dos setores da indústria, comércio, transporte, agricultura e outros. São importantes para o desenvolvimento da economia brasileira, contribuindo na formação de trabalhadores para diferentes setores da cadeia produtiva (Neves; Pronko, 2008; Rodrigues, 1998; Vieira; Souza Junior, 2016).

Na década de 1970, registra-se a criação dos primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), pela Lei n.º 6.545, de 30 de junho de 1978, expandida e regulamentada pelo Decreto n.º 87.310, de 21 de junho de 1982, que possibilitou aos

centros ministrar cursos de ensino superior (tecnólogos e bacharelado em engenharia industrial), pós-graduação, ensino técnico de nível médio, cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, além de realizar pesquisas na área técnica industrial (Frigotto, 1998; Neves; Pronko, 2008).

De acordo com Pacheco (2011), durante a década de 1990, as escolas técnicas e agrotécnicas federais passaram por transformações, consolidando-se como Cefet e constituindo a base da educação tecnológica nacional. Entretanto, em 1998, o governo federal interrompeu a construção de novas escolas e direcionou essas instituições para cursos superiores, separando a educação técnica do ensino médio e impulsionando a preparação para o ensino superior. Essa mudança refletiu em diferentes abordagens no ensino superior, com cursos acadêmicos e de tecnologia. A reorientação das políticas em 2004 permitiu a reintegração de cursos técnicos ao ensino médio e a expansão das instituições federais, alterando esse cenário segmentado.

Como resultado desse processo histórico, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs, vinculados ao Ministério da Educação, através da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sendo incorporada por entidades já existentes. Atualmente, a Rede Federal é composta por 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais, 22 escolas técnicas, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II. As instituições oferecem cursos em diferentes níveis e modalidades a partir de diversos eixos tecnológicos, visando a atender às demandas da sociedade e do mundo do trabalho.

Em 2018, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em alusão aos seus 110 anos de existência e aos dez anos de criação dos Institutos Federais, publicou números expressivos da sua atuação como: 661 *campi*, distribuídos em todos os estados; mais de 75 mil servidores entre professores e técnicos administrativos; aproximadamente 11 mil cursos de diversas modalidades, que representam mais de um milhão de estudantes matriculados. Em relação à pesquisa, possui mais de 100 revistas científicas e é responsável pela execução de mais de sete mil projetos de extensão

tecnológica e onze mil projetos de pesquisas aplicadas, confirmando que a pesquisa é um importante elemento da formação oferecida pela rede (CONIF, 2018).

Nesse sentido, a nova institucionalidade dos Institutos Federais definiu um novo modelo de gestão e organização que trouxe mudanças significativas em diversos aspectos, como maior autonomia financeira e administrativa para gerir seus próprios recursos e tomar decisões de forma mais independente. Para isso, a criação de Conselhos Superiores, que são órgãos responsáveis por definir as políticas e estratégias da rede, como a criação de *campus* avançados, permitindo que mais pessoas tenham acesso à educação técnica e tecnológica de qualidade.

Dessa forma, a identidade institucional no âmbito da Rede Federal vem sendo moldada socialmente ao longo de mais de um século, considerando a complexa historicidade de todas as instituições que compõem a rede, distribuídas por todo o Brasil e inseridas em diferentes contextos sociais e regionais. Além disso, a nova institucionalidade é caracterizada pela habilitação dessas instituições em ofertar diversos níveis e modalidades, almejando uma verticalização de ensino. Tais instituições assemelham-se às universidades federais que contam com uma estrutura administrativa organizada em torno de uma unidade central, a reitoria, auxiliada por pró-reitorias, na função de órgão assessor incumbido de planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua área de atuação (Nery; Ribeiro, 2021).

Para Pacheco (2011, p. 17):

[...] o Instituto Federal aponta para um novo tipo de instituição, identificada e pactuada com o projeto de sociedade em curso no país. Representa, portanto, um salto qualitativo em uma caminhada singular, prestes a completar cem anos. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social.

A nova institucionalidade permitiu maior autonomia e liberdade para tomar decisões e gerir recursos. No entanto, precisa ser exercida de forma responsável e transparente, garantindo a eficiência e qualidade do ensino, buscando a integração ensino,

pesquisa e extensão, fundamental para a formação de profissionais qualificados e para o desenvolvimento tecnológico e científico do país. Por isso, o registro da memória em instituições, como a Rede Federal de EPT, é desafiador devido a sua diversidade histórica.

Segundo Barbosa e Silva (2022, p. 104) há um caminho hegemônico nas memórias da EPT que pode passar despercebido aos pesquisadores não familiarizados com as discussões no campo da História/Memória. Os autores partem da hipótese de que “[...] esse traço hegemônico (a ênfase nas normas legais) nas memórias da EPT não é algo isolado, mas se insere em uma questão maior ligada às inquietações sobre a escrita da história da educação, apontadas pelo menos desde a década de 1990 [...]”.

A pesquisa sobre memória, identidade e cultura deve ir além dos registros legais e históricos, permitindo compreender tradições, processos e relações internas, para que as instituições atendam às expectativas (Pacheco, 2011; Silva; Ribeiro; Pereira, 2021). Desse modo, torna-se um desafio manter a identidade e autonomia de cada instituição dentro da rede e, ao mesmo tempo, promover um senso de pertencimento e cultura compartilhada.

A memória é um elemento formador de identidades, tanto individual como coletiva. Ela é composta por lembranças que, associadas ao mesmo acontecimento amplia-se para as experiências que deixam de ser individuais e passam a ser coletivas. A memória é um trabalho sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo. É essencial a um grupo, pois está atrelada à construção de sua identidade, resultado da organização e seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de experiência do grupo. Ou seja, a memória individual e coletiva são aspectos interdependentes que se influenciam mutuamente (Candau, 2018; Halbwachs, 2003).

Essa discussão reflete o caminho teórico usado pelo Museu da Pessoa a partir de Worcman (2021), por afirmar que a memória é responsável pela formação da identidade do ser humano como “ser único e indivisível”. No mesmo caminho, Lopez (2008, p.32), aponta que:

Cada pessoa carrega dentro de si suas vivências, impressões, acompanhadas de suas aprendizagens. Não guarda tudo, pois a memória é sempre seletiva. Vale ressaltar que os critérios do que é significativo ou não resultam do espaço e do

tempo em que se vive. A história de cada um contém a história de um tempo, dos grupos a que pertence e das pessoas com quem se relaciona.

A memória individual está intrinsecamente ligada à memória coletiva, visto que as recordações pessoais, quando compartilhadas publicamente, entrelaçam-se e impactam a lembrança coletiva. Essa memória compartilhada evolui a partir dos vínculos sociais, que se somam, unem, diversificam e retificam, formando a identidade de um grupo. A memória coletiva, originada das experiências individuais e enriquecida por narrativas comuns, mitos e registros, desempenha um papel fundamental na identidade cultural e histórica, transmitida de diversas formas (histórias orais, escritos, imagens e símbolos) ao longo das gerações e, frequentemente, sofre influências sociais e políticas, incluindo ideologias, valores e conflitos. Vale destacar que todas as discussões sobre memória individual e coletiva apresentadas por Halbwachs (2003), Candau (2018), Le Goff (2013) e Lopez (2008) fundamentam a Tecnologia Social da Memória, como observado nas leituras de Silva e Temer (2022) e Museu da Pessoa (2009).

Para Halbwachs (2003), a memória não se realiza apenas na relação entre corpo e mente, mas é resultado do processo de socialização do indivíduo. A memória coletiva desempenha um papel fundamental nos processos históricos, responsável pelas tradições, pela continuidade entre gerações e pelas identidades dos grupos e dos indivíduos. Ela dá vitalidade aos objetos culturais, assegurando-lhes momentos históricos significativos e, dessa forma, contribui para a preservação de valores do passado para os grupos sociais, enquanto a memória individual é moldada pelas representações sociais e símbolos do grupo ao qual o indivíduo pertence.

Cada memória individual representa um ponto de vista da memória coletiva, variando conforme a posição e relações do sujeito. A diversidade resulta de influências sociais, refletindo que nem todos a acionam da mesma forma. A memória coletiva tem potencial para estabelecer coesão e gerar um sentimento de pertencimento aos membros dos grupos sociais. Tal relação faz-se presente de muitas formas, mas especialmente, por meio da linguagem. Para tanto, deve-se considerar que as memórias coletivas não são

sempre perceptíveis, pois, muitas vezes, são crenças e valores representados em comidas, celebrações coletivas e até em gestos (Halbwachs, 2003).

Nesse sentido, Lopez (2008, p. 32), define memória coletiva como:

[...] o conjunto de registros eleitos pelo grupo como significativos, que estabelece sua identidade, seu jeito de ser e viver o mundo e decorre dos seus parâmetros históricos e culturais. A possibilidade de compartilhar dessa memória é que dá a cada um o senso de pertencimento. Trata-se de uma relação criativa e dinâmica entre o indivíduo e o grupo.

A memória coletiva é um conceito utilizado na sociologia e na psicologia para descrever a forma como as lembranças e as experiências são compartilhadas e transmitidas dentro de uma sociedade ou grupo social. É construída a partir da interação e é essencial para a criação e manutenção da identidade cultural e social. Ela é formada através de processos de recordação, esquecimento e reinterpretação de eventos passados. Trata-se de uma construção que se desenvolve por meio de práticas culturais e simbólicas que são selecionadas e transformadas em narrativas dando sentido à experiência coletiva (Assmann, 2016).

Nesse contexto, a memória institucional é um dos exemplos mais claros da relação entre memória individual e coletiva. Ela representa a memória de uma organização, um verdadeiro patrimônio, pois permite que sejam preservados os valores, as conquistas e os aprendizados acumulados. A memória institucional pode estar presente na documentação histórica da organização, na memória de seus colaboradores e pessoas envolvidas na vida da instituição (Carvalho, 2021). Ao promover a preservação dessa memória, as instituições detêm a possibilidade de disseminá-las com a criação do seu próprio “lugar de memória” (Nora, 1993).

“A memória institucional se relaciona ao valor social do grupo, tem dificuldade em ser prática, realista e objetiva, está no todo instituído, não é pragmática, é um objeto intencional e um fenômeno coletivo que lida com relações de poder” (Santos; Valentim, 2021, p. 209). Para a construção dessa memória, é necessário que haja um comprometimento de toda a organização, todos devem ser envolvidos no processo, contribuindo com suas experiências e percepções pessoais. Ela pode ser utilizada para

diversos fins, como aprimoramento de processos, tomada de decisões, celebração de conquistas e resolução de conflitos. No entanto, é importante destacar que a construção da memória não é um processo neutro, sendo importante que sua realização tenha base em princípios éticos e transparentes, tornando-se um instrumento de construção coletiva e não de manipulação (Assmann, 2016; Nora, 1993).

A memória institucional é um tema bastante discutido, uma vez que a sua construção e preservação é fundamental para garantir a transparência, a responsabilidade e a continuidade das instituições. No que se refere a instituições educacionais, a preservação da memória permite o aprimoramento de políticas públicas, o desenvolvimento de novas tecnologias, entre outros benefícios, como:

[...] elementos para pesquisas futuras que podem contribuir com a salvaguarda, a documentação e a divulgação da memória [...] como uma forma de se pensar a preservação da história tanto institucional, como das pessoas que construíram um sonho [...] e o direito ao acesso à educação (Paulino; Silva, 2022, p. 9).

Como parte da memória social, a memória institucional apresenta certa complexidade. Ela não é algo estático ou homogêneo, mas sim composta por uma variedade de elementos, de diferentes formatos, conteúdos, contextos e significados que são influenciados por uma série de fatores externos e internos (Santos; Valentim, 2021). Sua complexidade também está relacionada ao seu processo de construção e preservação que requer a adoção de estratégias e práticas, tais como histórias de vida, história oral, imagens e documentos oficiais, procedimentos esses também utilizados pelos Centros de Memória do Museu da Pessoa (2023).

A história oral é uma metodologia de pesquisa desenvolvida nos EUA, na década de 1950 e amplamente difundida. Ela é mais entendida como resultado da relação entre espaços, temporalidades e repertórios culturais distintos do que como uma técnica específica de pesquisa narrativa, pois funciona como ponto de partida para troca de experiências com ressonâncias pessoais e intelectuais profundas. Trata-se de uma técnica de pesquisa baseada no registro e análise de depoimentos de pessoas que viveram determinado evento histórico. Essa metodologia tem sido amplamente utilizada nas últimas décadas, como forma de resgatar a memória coletiva de comunidades e grupos

sociais marginalizados, muitas vezes, deixados de lado pela história oficial (Almeida; Fonseca, 2021; Santhiago; Patai, 2021).

A história oral, arraigada nas tradições culturais e acadêmicas, estende-se além das fronteiras universitárias para difundir a memória individual e coletiva. Como um recurso humanista, seu impacto vai além da mudança, variando com o propósito. Ela não apenas desloca o foco histórico e amplia investigações, mas também promove conexões entre gerações, educadores e sociedade. Ao empoderar os protagonistas da história com suas próprias narrativas, a história oral contribui para uma transformação mais profunda e inclusiva do tecido social por ser uma forma de trazer à tona as vozes dos invisibilizados, possibilitando a construção de uma história mais completa e plural (Carvalho; Ribeiro, 2014; Thompson, 1996).

Meihy (2005) apresenta uma metodologia de pesquisa detalhada para a história oral, destacando a importância de se levar em conta o contexto em que as entrevistas são realizadas, bem como a ética e a responsabilidade do entrevistador, pois é importante se preservar e disseminar as entrevistas como forma de resgatar e valorizar a memória coletiva. De acordo com Xavier (2020), a história oral pode ser empregada como método investigativo, técnica ou recurso metodológico. Os relatos e depoimentos devem ser organizados dentro de uma trama textual, do geral para o particular. Porém, ela não pode ser considerada uma verdade absoluta, pois, assim como as fontes escritas, podem carregar tendências e preferências dos acontecimentos históricos.

A história oral como método para compreender a visão individual e coletiva dos sujeitos, complementa as fontes tradicionais, revelando detalhes não encontrados na história oficial. Ela é um poderoso instrumento para explorar como as pessoas percebem o seu passado e enriquece a compreensão da época, questiona teses e promove novas interpretações, reconhecendo diferentes perspectivas coexistentes. A atenção e o cuidado na coleta de narrativas são essenciais para capturar a essência coletiva (Fialho, 2020, p. 9).

As histórias de vida, por sua vez, são relatos biográficos que retratam a trajetória de um indivíduo, enfatizando suas experiências e vivências e são uma fonte valiosa de

informação para a pesquisa, pois permitem compreender as relações entre os indivíduos e as estruturas sociais em que estiveram inseridos. As histórias de vida são uma narrativa moldada pela memória seletiva, refletindo como os indivíduos organizam e transmitem suas experiências aos outros. Vão além do passado de uma pessoa, oferecendo *insights* sobre seu presente e como ela vislumbra seu futuro. Histórias de vida também servem como recursos valiosos para a construção de memórias institucionais. Capturar as perspectivas, emoções e práticas de indivíduos, famílias e grupos fornece fontes alternativas para a compreensão de processos históricos (Bertaux, 2010; Museu da Pessoa, 2012; Pereira; Worcman, 2005).

Histórias de vida são narrativas pessoais que exploram experiências individuais, diferenciando-se da história oral ao focar na singularidade da trajetória de uma pessoa. Amplamente utilizadas em disciplinas como Antropologia, Sociologia, Psicologia e História, elas resgatam personagens, muitas vezes, negligenciados, conferindo-lhes merecida visibilidade e reconhecimento. Ao entrelaçar suas histórias com o contexto histórico e educacional, enriquece-se a compreensão do passado e ressalta-se o papel essencial na formação da sociedade (Costa; Costa; Carvalho, 2022).

De modo geral, tanto a história oral como a história de vida permitem uma compreensão mais rica e complexa do passado e do presente a partir das experiências, como também são metodologias utilizadas na Tecnologia Social da Memória proposta pelo Museu da Pessoa.

A Tecnologia Social da Memória é definida como um conjunto de conteúdos e ferramentas para incentivar comunidades e instituições a construir suas histórias. Para isso, reúne práticas, conceitos e princípios para que públicos diferenciados, com objetivos diversos, possam-se apropriar da metodologia de registro e produção de narrativas históricas. Como diretriz, a Tecnologia Social da Memória foi elaborada para ser utilizada por todos, ou seja, qualquer pessoa pode ser preparada para conceber e desenvolver projetos de memória (Museu da Pessoa, 2009; Worcman, 2021).

Em relação à sua aplicabilidade e operacionalização, a Tecnologia Social da Memória é fundamentada em três etapas: construção, organização e socialização de

histórias individuais que se relacionam e colaboram com a construção de histórias coletivas. Durante um projeto de memória, as etapas acontecem quase que simultaneamente, entrelaçando-se e interagindo durante todo o processo. A própria experiência vivenciada pelas pessoas durante o projeto de memória já é um aprendizado emancipador para os participantes, pois incentiva a reflexão sobre a relevância da história de vida de cada um (Museu da Pessoa, 2009; Silva, 2021).

Os elementos de história, história oral e histórias de vida são fundamentais para a Tecnologia Social da Memória, uma vez que essa abordagem baseia-se na ideia de que a memória coletiva e individual é uma ferramenta importante para a construção de identidades sociais e para o fortalecimento da cidadania. A história fornece o contexto e a compreensão necessários para entender os eventos do passado, enquanto a história oral e as histórias de vida permitem ouvir as vozes e perspectivas dos sujeitos que vivenciaram esses eventos, contribuindo para uma compreensão mais completa e diversa da história (Museu Da Pessoa, 2009; Pereira; Worcman, 2005; Thompson, 1996).

Nesse sentido, a atuação do Museu da Pessoa apresenta uma proposta que transcende questões puramente no âmbito dos estudos e práticas de memórias, mas oferece sua tecnologia como uma ferramenta para a construção de fontes históricas e dá destaque aos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais na criação de memórias e identidades (Pereira; Worcman, 2005; Venera; Nart; Medina, 2020; Worcman, 2021).

Todas as discussões realizadas até aqui envolveram a necessidade do resgate de memórias em instituições da Rede Federal de EPT, partindo da memória individual e coletiva para a construção da memória institucional. Para isso, história oral e histórias de vida foram tratadas como metodologias para a produção de fontes históricas, reconhecendo a importância da Tecnologia Social da Memória não apenas na produção das fontes, mas também na organização e socialização.

4 Considerações finais

A Rede Federal de EPT, criada em 2008, é composta por instituições com diferentes histórias e trajetórias, algumas com mais de 100 anos de existência e outras mais jovens, com menos de vinte anos de funcionamento. Isso é possível devido a algumas das instituições da rede remontarem ao início do século XX, como as Escolas Técnicas Federais, enquanto os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, foram criados como resultado de mudanças na legislação e da demanda crescente por formação técnica e profissionalizante no país.

A diversidade de instituições permite uma maior pluralidade de experiências e práticas na área da EPT, o que pode enriquecer o processo de construção de uma memória coletiva e, ao mesmo tempo, dificultar seu processo de produção. Consideramos também que as instituições possuem diferentes metodologias, objetivos e abordagens para o ensino técnico, o que pode contribuir para a formação de uma memória mais completa e abrangente da EPT no Brasil. Por outro lado, a diversidade de instituições pode dificultar a padronização de um método para a construção de uma memória coletiva, uma vez que cada instituição tem suas próprias histórias, tradições e formas de ensino, assim como uma grande variedade de cursos, programas e abordagens.

Nesse sentido, é necessário esforços com o objetivo de, no decorrer do processo histórico que explica a Rede Federal de EPT, encontrar pontos em comum e desenvolver uma visão mais unificada e integrada da educação profissional no país sem perder de vista as peculiaridades de cada instituição.

A memória, entendida como elemento fundamental na formação da identidade cultural e no registro de experiências significativas, deve ser valorizada e preservada, conservando seus pilares constituintes a fim de não perder conhecimentos e identidades. E isso também se aplica às instituições de EPT.

A história oral e histórias de vida são elementos essenciais para a valorização da memória individual e coletiva como ferramenta para o fortalecimento da cidadania e construção de identidades sociais.

A Tecnologia Social da Memória utiliza a tecnologia de forma criativa e inovadora para registrar, preservar e disseminar memórias, promovendo a participação ativa da

comunidade na construção e compartilhamento de sua própria história. Através da tecnologia, é possível ampliar o alcance e a acessibilidade dessas histórias, tornando-as mais relevantes e significativas para diferentes públicos, sendo, portanto, uma indicação viável para todos que desejam trabalhar com memórias e histórias na EPT.

Dessa forma, conhecer diferentes abordagens teóricas e metodológicas para desenvolver projetos de memórias em instituições de EPT, poderá incentivar o surgimento de novas iniciativas nessa temática, fomentar uma cultura de valorização da memória da Educação Profissional e Tecnológica e contribuir para a desconstrução de um discurso hegemônico.

Referências

ALBERTI, V. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990. 196p.

ALMEIDA, J. R.; FONSECA, V. L. História Oral: dimensões públicas no tempo presente. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 74, p. 445-449, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420210301>. Acesso em: 03 abr. 2023.

ASSMANN, J. Memória comunicativa e memória cultural. **História Oral na Era Digital**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 115-128, 2016. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/642>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BAEDESKI, C. M. B.; COSTA, D.; PUPO, M. D. M. Perfil de Egressos do Programa Aprendiz da Fundação Weiss Scarpa: compreender o impacto socioeconômico da formação profissional. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 476-488, Edição Especial, 2018. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/799/716>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BARBOSA, X. C.; SILVA, T. F. Reflexões sobre as memórias da EPT: apontamentos teóricos-metodológicos e panorama das pesquisas desenvolvidas no ProfEPT (2019-2021). In: SILVA, C. N. N.; ROSA, D. S.; PEREIRA, M. R. G. **A Metodologia da pesquisa em EPT**. Brasília - DF: Nova Paideia, 2022.

BAZZI, L.; SILVA, M. S. Projeto de Vida e Tecnologia Social da Memória: o Núcleo do Museu da Pessoa na Escola. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO (SEMIEDU), 29., 2021, Cuiabá. **Anais...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021, p. 588-600.

Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu/article/view/20196>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BERTAUX, D. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. Florianópolis: Ed. UFSC, 2010. 168p.

BITTENCOURT, C. C.; MARCONATTO, D. A. B.; CRUZ, L. B.; RAUFFLET, E. Introdução à edição especial inovação social: pesquisa, definição e teorização de inovação social. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, p. 14-19, 2016.

Disponível em:

<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/9259/6260>. Acesso em: 14 jan. 2023.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 488p.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 12 dez. 2022.

CANAU, J. **Memória e Identidade**. Maria Leicia Ferreira (Trad.) - São Paulo: Contexto, 2018. 224p.

CARVALHO, M. L. M. **Conexões, Rupturas e Permanências**: memórias e história da educação profissional. Maria Lucia Mendes de Carvalho (Org.) – São Paulo: Centro Paula Souza, 2021. 540p.

CARVALHO, M. L. M.; RIBEIRO, S. L. **História Oral na Educação**: memórias e identidades. Maria Lucia Mendes de Carvalho e Suzana Lopes Salgado Ribeiro (Org.) – São Paulo: Centro Paula Souza, 2014. 289p.

CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011. 494p.

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **110 anos**. Brasília – DF: CONIF, 2018. Disponível em:

<https://portal.conif.org.br/images/Docs/estudos/livreto-web-110anos.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

COSTA, A. B. **Tecnologia social e políticas públicas**. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. 284p.

COSTA, R. M.; COSTA, M. A. A.; CARVALHO, S. O. C. Maria Lucilda Nunes Barbosa: memórias de sua trajetória formativa e docência. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, Fortaleza, v. 4, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v4.9128>. Acesso em: 14 jun. 2023.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: SEIDL, D.; CABRAL, S. S. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004. p. 15-64.

FIALHO, L. M. F. *et al.* O uso da história oral na narrativa da história da educação no Ceará. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3505>. Acesso em: 17 dez. 2022.

FRIGOTTO, G. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. 322p.

GARCIA, B. S. História e Memória: uma discussão teórica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7., 2015, Maringá. **Anais...** Maringá, 2015. p. 1361-1371. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1508.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Beatriz Cidou (Trad.) - São Paulo: Centauro, 2003. 191p.

LE GOFF, J. **História e memória**. Bernardo Leitão *et al.* (Trad.) - Campinas, SP: UNICAMP, 2013. 492p.

LOPEZ, I. **Memória social**: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local. São Paulo: Museu da Pessoa: Senac São Paulo, 2008. 104p.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2005. 284p.

MUSEU DA PESSOA. **Centros de Memória do Museu da Pessoa**. Disponível em: <https://museudapessoa.org/sobre/o-que-fazemos/linha/centros-de-memoria/>. Acesso em 05 dez. 2023.

MUSEU DA PESSOA. **Memória dos brasileiros**. Cantadori: São Paulo, 2012. 32p.

MUSEU DA PESSOA. **Tecnologia Social da Memória**: para comunidades, movimentos sociais e instituições registrarem suas histórias. São Paulo: Fundação Banco do Brasil, 2009. 100p.

NERY, P. H. F.; RIBEIRO, J. M. P. O Projeto Político Pedagógico: uma discussão sobre identidade e identidades na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). **Revista Conexão na Amazônia**, v. 2, Edição especial VI Conc&t, p. 188-210, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifac.edu.br/index.php/revistarca/article/view/88>. Acesso em: 14 jan. 2023.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: Da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. 204p.

NORA, P. Entre memória e histórias: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 15 out. 2023.

PACHECO, E. **Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna. 2011. 120p.

PAULINO, P. M.; SILVA, D. A. Patrimônio Histórico Escolar: o Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da Paulistinha. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, Fortaleza, v.4, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v4.9129>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PEREIRA, J. V.; WORCMAN, K. **História Falada**: Memória, Rede e Mudança São Paulo: Social. Intercidades Editores; Museu da Pessoa; Sesc SP, 2005. 283p.

RODRIGUES, J. **O moderno príncipe industrial**: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas: Autores Associados, 1998. 145p.

SANTHIAGO, R.; PATAI, D. Uma história oral em três tempos: relações, construções narrativas, usos práticos da memória. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 74, p. 450-471, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420210302>. Acesso em: 14 mai. 2023.

SANTOS, J. C.; VALENTIM, M. L. P Memória institucional e memória organizacional: faces de uma mesma moeda. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 26, n. 3, p. 208-235, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/4315>. Acesso em: 27 mar. 2023.

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Departamento Nacional. **Diretrizes Nacionais dos Programas de Aprendizagem Profissional Comercial do Senac**. Rio de Janeiro: Senac, 2015. 35p. Disponível em:

https://extranet.senac.br/diretrizesnacionais/docs/dir-nac-prog-aprendizagem_29maio.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

SILVA, E. C. A. **10 anos do Instituto Federal do Acre (Ifac):** Histórias de vida e trabalho no Campus Rio Branco. 2021. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Científica e Tecnológica do Acre, Rio Branco, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11013193. Acesso em: 25 mar. 2023.

SILVA, E. C. A.; RIBEIRO, J. M. P.; PEREIRA, R. S. Memória, identidade e cultura: relações necessárias para pensar a Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Conexão na Amazônia**, Rio Branco, v. 2, n. 2, p. 6-28, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifac.edu.br/index.php/revistarca/article/view/51/31>. Acesso em: 25 set. 2022.

SILVA, M. M. Q. A.; TEMER, A. C. R. P. Tecnologia social da memória e história de vida para pesquisas na área da comunicação. **New Trends in Qualitative Research**, v. 14, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://www.publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/download/575/536>. Acesso em: 13 abr. 2023.

THOMPSON, P. **A voz do Passado:** história oral. Lólio Lourenço de Oliveira (Trad.) - São Paulo: Paz e Terra, 1996. 386p.

VENERA, R. A. L. S.; NART, G.; MEDINA, B. Diálogo entre a tecnologia social da memória, a história oral e a função da história. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, Itajaí, v. 7, n. 2, p. 102-114, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/rbts.v7n2.p102-114>. Acesso em: 04 jan. 2023.

VIEIRA, A. M. D. P.; SOUZA JUNIOR, A. A Educação Profissional no Brasil. **Interacções**, n. 40, p. 152-169, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.25755/int.10691>. Acesso em: 27 jan. 2023.

WORCMAN, K. **Quem sou eu? Memória e Narrativa no Museu da Pessoa.** 2021. 299 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2021.tde-04072022-165147>. Acesso em: 17 dez. 2022.

XAVIER, A. R. *et al.* História oral: abordagem teórico-metodológica, conceitual e contextual. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3802>. Acesso em: 04 mar. 2023.

ⁱ **Hildo Ferreira de Almeida Junior**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9701-7723>

Instituto Federal do Acre

Bacharel em Turismo e Hotelaria, pela Universidade do Vale do Itajaí. Funcionário do Senac AC desde 2010, atualmente Gerente de Desenvolvimento e Tecnologia Educacional. Aluno do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, pelo Ifac.

Contribuição de autoria: pesquisa e elaboração do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7491691730152212>

E-mail: hildomail@gmail.com

ⁱⁱ **Maria Cristina Lobregat**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5399-8359>

Instituto Federal do Acre

Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, especialista em Pesquisa e Literatura e Mestre em Linguagem e Identidade, com experiência em docência na área de Educação, com ênfase em Métodos e Técnicas de Ensino.

Contribuição de autoria: pesquisa e elaboração do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2839301744524820>

E-mail: cristina.lobregat@ifac.edu.br

ⁱⁱⁱ **Josina Maria Pontes Ribeiro**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2782-6083>

Instituto Federal do Acre

Doutora em Ensino de Biociências e Saúde pelo Instituto Oswaldo Cruz, especialista em Direitos Humanos e Mestre em Ciência Política, com experiência em docência e coordenação de programas educacionais. Atualmente, coordenadora de Extensão no Instituto Federal do Acre.

Contribuição de autoria: pesquisa e elaboração do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7550278243707140>

E-mail: josina.ribeiro@ifac.edu.br

Editora responsável: Genifer Andrade

Especialista *ad hoc*: Marcos Carvalho e Francisco das Chagas Silva Souza

Como citar este artigo (ABNT):

ALMEIDA JUNIOR, Hildo Ferreira de.; LOBREGAT, Maria Cristina.; RIBEIRO, Josina Maria Pontes. Tecnologia Social da Memória: uma contribuição para a preservação da História da Educação Profissional e Tecnológica. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 6, e12155, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/12155>

Recebido em 05 de dezembro de 2023.

Aceito em 02 de maio de 2024.

Publicado em 02 de junho de 2024.